

OS ÍNDIOS NA HISTÓRIA E O ENSINO DE HISTÓRIA: AVANÇOS E DESAFIOS

INDIGENOUS GROUPS AND THE TEACHING OF HISTORY: CHALLENGES AND IMPROVEMENTS

Edson Hely Silva

Professor do Colégio de aplicação da Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
Doutor em História social pela Universidade de Campinas, Brasil
e-mail: edson.edvila@hotmail.com

DOI:

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v5i9.10983>

Recebido em 11 de agosto de 2016

Aprovado em 12 de março de 2017

RESUMO

Os povos indígenas no Brasil nos últimos anos conquistaram e ocuparam espaços sociopolíticos, questionando visões eurocêntricas, colonialistas e evolucionistas tratando os povos indígenas como primitivos, desaparecidos ou vítimas impotentes em extinção. O que além de exigir reformulações das teorias explicativas sobre a história e o destino desses povos, vem também exigindo discussões, formulações e efetivação de políticas públicas respondendo as demandas de direitos indígenas sociais específicos. A Lei nº 11.645/2008 determinou a inclusão da história e culturas indígenas nos currículos da Educação Básica, possibilitando novas abordagens no ensino da temática indígena para superação de desinformações, equívocos e preconceitos generalizados sobre os índios, contribuindo com o reconhecimento e o respeito as sociodiversidades expressas pelos povos indígenas em nosso país.

Palavras-chave: índios; História; ensino; Lei nº 11.645/2008

ABSTRACT

Indigenous peoples in Brazil in recent years have conquered and occupied socio-political spaces, questioning Eurocentric, colonialist and evolutionist visions treating indigenous peoples as primitive, disappeared or helpless victims in extinction. In addition to demanding reformulations of explanatory theories about the history and destiny of these peoples, it also requires discussions, formulations and implementation of public policies responding to the demands of specific indigenous social rights. Law 11.645/2008 determined the inclusion of indigenous history and cultures in the curricula of Basic Education, enabling new approaches in teaching indigenous subjects to overcome misinformation, misunderstandings and widespread prejudices about the Indians, contributing to the recognition and respect of sociodiversities expressed by indigenous peoples in our country.

Keywords: Indian; History; Education; Law 11.645/2008

ENTRE EXOTISMOS, FOLCLORIZAÇÕES E DESCONHECIMENTOS

Índios? Onde estão os índios? Quem são os índios? Observamos que as respostas a essas e outras questões sobre os “índios”, entre as pessoas em geral e mesmo ainda no meio acadêmico, após alguns anos de pesquisa e de convivência nesse ambiente com colegas de diferentes áreas do conhecimento, são respostas na maioria das vezes simplistas com referências “a cultura”: o cocar, o colar, a dança, a religião. Constatamos, portanto, que um dos maiores desafios é a superação de visões exóticas para abordagens críticas, aprofundadas sobre a história, as sociodiversidades indígenas e as relações dos povos indígenas com e na nossa sociedade em nosso país.

Apesar das críticas ao termo “índio” ou ainda “indígena” por remeterem a equívocos históricos e também generalizações, nesse texto adotamos essas expressões como vem sendo usada por esses próprios atores para se definirem enquanto indivíduos, coletividades e também agentes sociopolíticos, como escreveu Gersem Baniwa:

Com o surgimento do movimento indígena organizado a partir da década de 1970, os povos indígenas do Brasil chegaram à conclusão de que era importante manter, aceitar e promover a denominação genérica de índio ou indígena, como uma identidade que une, articula, visibiliza e fortalece todos os povos originários do atual território brasileiro e, principalmente, para demarcar a fronteira étnica e identitária entre eles, enquanto habitantes nativos e originários dessas terras, e aqueles com procedência de outros continentes, como os europeus, os africanos e os asiáticos. A partir disso, o sentido pejorativo de índio foi sendo mudado para outro positivo de identidade multiétnica de todos os povos nativos do continente. De pejorativo passou a uma marca identitária capaz de unir povos historicamente distintos e rivais na luta por direitos e interesses comuns.¹

Portanto, “índio” ou “indígena” são nomeações que dependendo de quem usa e o sentido da utilização, possuem um importante significado sociopolítico, expressando sociodiversidades que reivindicam reconhecimentos.

¹ BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/Secad/Museu Nacional/UFRJ, 2012, p. 30-31. O autor é um indígena Baniwa. Os Baniwa habitam as margens do rio Içana, em aldeias no Alto Rio Negro e nos centros urbanos de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel e Barcelos/AM. Gersem Baniwa, como é conhecido, é Mestre e Doutor em Antropologia pela UnB e Professor Adjunto da Faculdade de Educação e Diretor de Políticas Afirmativas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Com uma intensa e reconhecida atuação nas discussões sobre Educação Escolar Indígena, foi Conselheiro do Conselho Nacional de Educação entre 2006 a 2008 e Coordenador Geral de Educação Escolar Indígena do MEC no período de 2008 a 2012.

Na elaboração desse texto partimos da ideia das discussões sobre as sociodiversidades, especificamente as sociodiversidades indígenas, enquanto uma categoria para pensarmos os povos indígenas como expressões socioculturais diferenciadas da nossa sociedade. Propondo um olhar sobre a História do Brasil e o ensino sobre a temática indígena, onde as sociodiversidades indígenas sejam (re)conhecidas.² O que exige, inicialmente, questionamentos e críticas a ideia da mestiçagem enquanto uma explicação para História do Brasil, evidenciando os índios como sujeitos na História e não de uma história dos indígenas pensada como uma suposta história étnica, descolada dos processos históricos onde estão inseridos os diferentes grupos humanos, também e inclusive os índios.

Em seguida, procuramos discorrer sobre as novas abordagens que refletem sobre os índios enquanto sujeitos históricos, inversamente as perspectivas anteriores onde os indígenas foram pensados enquanto vítimas do processo colonial e colonizador. No próximo tópico discutimos como essas novas abordagens vem recentemente sendo apropriadas pelo ensino da temática indígena. Concluindo que apesar de desafios como o racismo institucional, a necessidade de uma formação docente específica para a superação de visões genéricas e folclorizadas, a ausência de subsídios didáticos e de compreensão da presença indígenas em contextos urbanizados, a efetivação da Lei nº 11.645/2008 possibilita e favorece o (re)conhecimento das sociodiversidades indígenas no ensino.

SOCIODIVERSIDADES: SUPERANDO OS DISCURSOS DA MESTIÇAGEM

Com literatura realista e naturalista influenciada pelos pressupostos raciais deterministas, em oposição ao Romantismo e ao indianismo, nas últimas décadas do Século XIX a ideia da mestiçagem como explicação do Brasil foi reafirmada.³ Ocorreu a exaltação das imagens do mestiço e, portanto, as imagens negras e indígenas foram deixadas de lado nos escritos literários. O advogado e crítico literário Sílvio Romero em sua *História da Literatura Brasileira*, que começou a ser publicada no início da última década daquele Século,

² SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da. (Orgs.). *A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008*. 2 ed. Recife: Edufpe, 2016.

³ CANDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 5 ed. v. 1. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

escreveu: “O mestiço é o produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil; é a forma nova de nossa diferenciação nacional”.⁴

Para Sílvio Romero a História do Brasil era uma história da mestiçagem. A mestiçagem que seria superada pelo embranquecimento do português preponderante,

Não quero dizer que constituiremos uma nação de mulatos; pois que a forma branca vai prevalecendo e prevalecerá; quero dizer apenas que o europeu aliou-se aqui a outras raças, e desta união saiu o genuíno 4 brasileiro, aquele que não se confunde mais com o português e sobre o qual repousa o nosso futuro.⁵

A mestiçagem, portanto, seria uma condição transitória,

O mestiço é a condição desta vitória do branco, fortificando lhe o sangue para habita-lo aos rigores do clima. É uma forma de transição necessária e útil que caminha para aproximar-se do tipo superior. Pela seleção natural, todavia, depois de apoderado do auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância, até mostrar-se puro e belo como no velho mundo.⁶

As ideias expressas por Sílvio Romero foram retomadas em diferentes momentos na História do Brasil: com o Modernismo e a Semana de Arte Moderna em 1922, na Década de 1930 nos debates sobre a identidade do Brasil, com o nacionalismo e desenvolvimentismo nos anos 1950 e no período da Ditadura Civil-Militar a partir de 1964, por meio de narrativas que exaltavam a identidade monocultural do Brasil, quando outras identidades e expressões socioculturais foram negadas, desconsideradas, omitidas.

O pesquisador negro jamaicano Stuart Hall que se tornou um renomado professor lecionando em universidades na Inglaterra, a partir da perspectiva gramsciana discutiu o conceito de hegemonia nas relações socioculturais. Ao tratar sobre a ideia da nação moderna, o autor discutiu as construções dos símbolos, discursos e representações a respeito de supostas culturas e identidades nacionais hegemônicas que buscam apagar as diferentes expressões socioculturais.

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. As

⁴ ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. 7 ed. Rio de Janeiro, José Olympio: Brasília, INL, 1980, p. 120.

⁵ ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. v. 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943, p. 104.

⁶ ROMERO, 1943, p. 23.

culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com o seu passado e imagens que dela são construídas.⁷

A afirmação da mestiçagem como identidade do Brasil pode ser compreendida a partir da perspectiva apontada por Stuart Hall. Vejamos, por exemplo, a conhecida música *Leão do Norte* uma composição de Paulo César Pinheiro e Lenine, sendo cantada por esse último que é pernambucano. A letra dessa música expressa construções de imagens representativas com uma visão de identidade cultural geral.

Cabe lembrar que o próprio título da música remete aos discursos usados pela elite pernambucana do Século XIX, para afirmar a soberania da Província nas disputas políticas com as oligarquias no Sudeste do país. Portanto, o título e a letra da música expressam ufanismo, patriotismo e afirmações identitárias. Observemos que na letra da referida música, seus autores além de se identificarem, dizem de onde falam: “Eu sou mameluco, sou de Casa Forte, sou de Pernambuco, sou o Leão do Norte”.

Ou seja, afóra serem mestiços moram em Casa Forte, tradicional bairro recifense habitado pela “açurocracia” pernambucana, formada pelas famílias e seus descendentes de senhores de engenho do passado e ricos usineiros do presente. O bairro é conhecido por ser uma espécie de ilha de conforto, suntuosidade e tranquilidade no Recife, no que diz respeito às condições de moradia, centro comercial e serviços públicos. Porque os músicos não afirmaram serem mestiços moradores em uma das várias comunidades pobres na periferia da capital pernambucana?!

Mesmo tendo presente que os artistas têm a plena liberdade de expressões em se tratando da música vista com uma obra de arte, onde as metáforas é uma linguagem intrínseca nos universos das Artes, a letra da música em questão possibilita reflexões sobre os sentidos do seu conteúdo a partir da temática que estamos discutindo: a construção de uma identidade cultural. Em uma breve análise da letra dessa música, observamos que os autores evocam as muitas e diversas expressões socioculturais existentes em todo o estado de Pernambuco. Citam personalidades renomadas no âmbito da Cultura, sejam literatos com Ariano Suassuna, músicos como Luiz Gonzaga ou animadores da chamada cultura

⁷ HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 50-51.

popular como o Velho Faceta, que ficou bastante conhecido por liderar as apresentações humorísticas do “Pastoril do Velho Faceta” em bairros do Recife.

Da mesma forma indistinta, foram citadas na letra da música expressões socioculturais de diferentes localidades, espaços e temporalidades em Pernambuco. Todas colocadas lado a lado, em um mesmo plano supostamente valorativo. Transparece ainda na leitura da letra da referida música a evocação de uma tradição comum, de uma identidade pernambucana, fundada em uma memória coletiva, mas, atemporal onde pessoas, lugares, expressões, objetos, lembranças e eventos compõem a cultura da nomeada “pernambucanidade”, a nação pernambucana, representada no que vem a ser o Leão do Norte.⁸

O sociólogo Stuart Hall afirmou que um dos aspectos principais que expressa a cultura de uma nação seria as narrativas ao fornecer imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais a representar a partilha de experiências e dando o sentido à nação como uma comunidade imaginada. Um conjunto de símbolos tornando o lugar agradável aos seus habitantes, o solo nativo que confere uma identidade a ser reafirmada publicamente. Ocorrendo ainda uma ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na atemporalidade.⁹ A nosso ver, são reflexões pertinentes para análises da letra da música em discussão.

Todavia, se faz necessário desconstruir uma suposta identidade nacional, ou outras afirmações tais como a regional, expressa em uma cultura hegemônica que nega, ignora e despreza as diferenças socioculturais. Portanto, uma suposta identidade e cultura nacional se constituem pelo discurso impositivo de um único povo. Uma unidade anunciada muitas vezes em torno de ideia de raça, um tipo biológico. Pensemos no caso do Brasil as ideias sobre o mulato, o mestiço, o nordestino, o sertanejo, o pernambucano, dentre outras.

As ideias de uma identidade e cultura nacional escondem as diferenças sejam de classes sociais, gênero e étnicas ao buscar uniformizá-las. Negando também os processos históricos marcados pelas violências de grupos politicamente hegemônicos.¹⁰ Negando ainda as violências coloniais e colonizadoras sobre grupos subalternos, a exemplo dos povos indígenas e oriundos da África que foram submetidos a viverem em ambientes

⁸ SILVA, Edson. História e diversidades: os direitos às diferenças. Questionando Chico Buarque, Tom Zé, Lenine... In: MOREIRA, Harley A. (Org.). *Africanidades: repensando identidades, discursos e o ensino de História da África*. Recife: UPE/Livro Rápido, 2012, p. 11-37.

⁹ HALL, 1999, p.52-53.

¹⁰ SOUZA, Ricardo L. de. *Identidade nacional e modernidade brasileira: o diálogo entre Sílvia Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

coloniais.¹¹ Observemos ainda que as identidades nacionais além de serem fortemente marcadas pelo etnocentrismo, são também pelo sexismo: afirma-se o mulato, o mestiço, o pernambucano, acentuando-se o gênero masculino.

Faz-se necessário, portanto, problematizar as ideias e afirmações de identidades generalizantes como a mestiçagem no Brasil, um discurso para, negar, desprezar e suprimir a sociodiversidade existente no país.¹² Reconhecer e afirmar os direitos as diferenças é, pois, questionar o discurso da mestiçagem como identidade nacional, discurso usado para esconder a história e as expressões socioculturais de índios/as e negros/as na História do Brasil.

HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS OU OS POVOS INDÍGENAS NA HISTÓRIA?

É possível falarmos da existência de uma história indígena? Com tal afirmação expressamos que os índios estão fora da História, enquanto história da humanidade? Se nenhum grupo humano vive totalmente isolado, sem estabelecer relações com outros grupos humanos, o que será mais cabível afirmarmos: uma história indígena ou discutirmos sobre os indígenas na História? Entendemos que cada povo indígena, em sua singularidade e especificidade, está presente na História pensada enquanto um campo de relações com e entre os diversos e diferentes situações, grupos sociais e atores sociohistóricos: os indígenas e a colonização, os indígenas e os Estados nacionais, os indígenas e as mobilizações sociopolíticas, dentre outras temáticas.

Durante muito tempo, nos estudos sobre a História do Brasil, além das referências ao *índio* apenas nos primeiros anos da colonização, predominou a visão sobre os povos nativos como vitimados pelos inúmeros massacres, extermínios, genocídios e etnocídios provocados pelas invasões e colonização dos portugueses e outro povos vindos da Europa a partir de 1500. E que os poucos índios sobreviventes, estavam condenados ao desaparecimento engolidos pela marcha colonizadora, pelo progresso e por meio da “aculturação”, foram integrando-se à nossa sociedade. Em geral, essas ideias que ainda são

¹¹ GOMES, Nilma L. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/2003. In: MOREIRA, Antônio F; CANDAU, Vera M. *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 67-89.

¹² SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da. "Já não se vê 'índios' como antigamente": a abordagem da temática indígena na escola em discussão a partir da Lei 11.645/2008. In: SOUZA, Antônio C. B. de; OLIVEIRA, Ariosvalber de S; LIMA, Marinalva V. de. (Orgs.). *Educação para as relações étnico-raciais: identidades, etnicidades e alteridades*. João Pessoa: CCTA/UFPB, 2016, p. 253-285

ensinadas nas escolas e mesmo nas universidades, também aparecem em manuais didáticos, principalmente nos livros de História do Brasil e são também veiculadas pela mídia e expressas pelo senso comum.

Contrariando todas as previsões trágicas, os povos indígenas no Brasil ao longo dos anos de colonização, não somente elaboraram diferentes estratégias de resistência seja através das guerras ou dos confrontos, mas também por meio das alianças, das acomodações e adaptações ou das simulações diante das situações criadas com a colonização, alcançando nas últimas décadas um considerável crescimento populacional segundo estimativas do Censo IBGE/2010. Questionando assim as corriqueiras visões eurocêntricas, colonialistas e evolucionistas que tratavam os povos indígenas como atrasados, vítimas impotentes em extinção. Pois, os dados e informações que evidenciam o contrário exigem reformulações das teorias explicativas sobre o destino desses povos.

Foram também superadas as visões dos cronistas coloniais retomadas pelos pensadores brasileiros no Século XIX e também muito presente nos livros didáticos de História, classificando os povos indígenas entre os “Tupi” e os “Tapuia” Essa ideia equivocada que dividia os grupos indígenas em dois blocos monolítico antagônicos, sendo os “Tupi” ao índios considerados mansos aldeados no litoral, enquanto os “Tapuia” chamados de bárbaros eram os índios selvagens habitantes nos sertões e por essas razões bastante perseguidos. Essas classificações escondiam as diversidades e as dinâmicas socioculturais dos povos indígenas em todas as regiões do país.¹³

Portanto, mesmo considerando as violências coloniais que provocaram a significativa depopulação dos povos nativos, as discussões iniciadas na década de 1980 no Brasil na área da Antropologia, sobre as diferentes formas da colonização, as relações socioculturais em uma situação de contato, sobre a identidade étnica de cada povo, as visões sobre os territórios etc., como também as novas abordagens pelos estudos de História, possibilitaram repensar a ideia atribuída aos indígenas como “povos derrotados”, passivos, subjugados. Os indígenas passaram a ser pensados e discutidos como sujeitos/agentes ativos no processo colonial, em contextos de dominação/imposição sociocultural.

¹³ MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de história indígena e de indigenismo*. Tese (Livre-Docência). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2001.

Esses estudos antropológicos e históricos, a exemplo dos realizados por vários pesquisadores,¹⁴ buscaram compreender como os diversos povos em diferentes contextos e situações sociohistóricas, elaboraram diferentes estratégias que possibilitaram a existência indígena nos mais de cinco séculos de colonização. Nesse sentido, foi ampliado o próprio conceito de resistência, até então vigente, enquanto confrontos e conflitos bélicos, guerras com fins trágicos e a morte de milhares de indígenas, para uma concepção mais ampla de relações diferenciadas em um contexto de dominação e violências socioculturais: as muitas formas de resistência do cotidiano, por meio de gestos, práticas, atitudes que quebraram uma suposta totalidade, a hegemonia da dominação colonial.

Uma vez questionadas as visões a respeito dos indígenas como “povos vencidos” e as ideias sobre o “genocídio” e do “etnocídio”, enquanto total destruição física e cultural, por meio das novas abordagens vem sendo estudadas as diferentes estratégias utilizadas pelos povos indígenas que traduziram, negociaram, adaptaram os códigos dos colonizadores para conviver no mundo colonial. Estratégias expressas nos acordos, alianças, simulações, acomodações ou ainda as apropriações simbólicas por meio das quais os povos indígenas transformaram ritos e expressões socioculturais dos colonizadores: reformulando-as, adaptando-as, refazendo-as, influenciando-as, reinventando-as. Processos que foi chamado por muitos autores como religiosidade popular, sincretismo, hibridismo cultural, etc., que permeiam os anos de colonização.

OS ÍNDIOS NA HISTÓRIA: NOVAS ABORDAGENS

As pesquisas recentes na documentação de missões religiosas,¹⁵ evidenciaram que mesmo naqueles contextos de diversas violências explícitas, os povos indígenas simularam-se derrotados e sabotaram a dominação colonial. Estabelecendo uma “resistência invisível”, por meio da persistência de práticas religiosas ancestrais, com simulações de adesão ao Cristianismo, práticas estas consideradas como idolatrias pelos missionários, deixando-os bastante irritados ao perceberem os “desvios da fé” apesar de anos da Catequese para os indígenas.

¹⁴ CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998; MONTEIRO, 2001; POMPA, Maria Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001; OLIVEIRA, J. P. de. (Org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2 ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

¹⁵ POMPA, 2001.

Acordos negociados entre líderes indígenas e colonizadores garantiram a influência e o poder dos primeiros sobre seus grupos, bem como barganhar junto aos colonizadores direitos e privilégios. Casos de rebeliões em aldeamentos de índios considerados mansos e cristãos, colocavam em questão o trabalho catequético de anos, a serviço do poder régio, que mantinha um suposto controle colonial sobre os povos indígenas. Negociações possíveis em um contexto de dominação foram feitas em diferentes situações e momentos, possibilitando aos povos indígenas manterem um convívio aparentemente pacífico no mundo colonial, e assim, resistirem/sobreviverem na história da colonização.

Nessa perspectiva, no texto “Redescobrimo os índios da América Portuguesa: Antropologia e História”, publicado pelo reconhecido historiador John Monteiro¹⁶ alertava a quem se interessasse pelos estudos sobre os índios para ter presente às dinâmicas indígenas nos períodos anterior e posterior da colonização europeia na América. Destacando as novas configurações étnicas e sociopolíticas indígenas que foram elaboradas no interior do projeto colonizador, fossem por meio de alianças, combates ou fugas; e que para além da consagrada abordagem da resistência indígena, é importante perceber como os diferentes grupos indígenas se inseriram nos espaços coloniais ou estiveram às margens deles; observando que a despeito das estratégias de dominação dos colonizadores ao atribuir aos índios identidades genéricas, como os grupos indígenas forjaram novas categorias étnicas e socioculturais tomando esses etnônimos como marcadores referenciais para as suas mobilizações sociopolíticas.

Ou seja, mesmo não sendo “tupi”, “guarani” ou qualquer outro nome que tenha recebido dos colonizadores, quando necessário os povos indígenas apropriaram-se dessas e outras nomeações para estabelecer alianças, acordos, direitos, privilégios para as diversas formas de viver no mundo colonial.

No conjunto dos estudos citados com novas abordagens, percebe-se algumas concepções comuns como a desconstrução de ideias e imagens cristalizadas sobre os índios, vistos como vitimizados pelo processo colonial; contrariando essa ideia nas novas abordagens os indígenas são tratados como sujeitos agentes da/na História. As pesquisas evidenciam, portanto, o lugar e o significado dos indígenas na História. E dessa forma a

¹⁶ MONTEIRO, John M. Redescobrimo os índios da América Portuguesa: Antropologia e História. In: AGUIAR, Odílio Alves; BATISTA, José Élcio; PINHEIRO, Joceny. (Orgs.). *Olhares contemporâneos: cenas do mundo em discussão na universidade*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001, p. 135-142.

História do Brasil e reinterpretada em seus processos locais/regionais a partir da presença e participação indígena em diferentes e diversos contextos sociohistóricos.¹⁷

Observando os indígenas e os processos históricos ocorridos no Nordeste, no século XIX, com maior ênfase após a Lei de terras de 1850, as câmaras municipais insistentemente solicitaram aos poderes públicos as terras dos antigos aldeamentos para patrimônio dos municípios, alegando a necessidade de expansão destes. Os vereadores legislavam em causa própria, uma vez que sendo a maioria deles invasores nas terras indígenas, com a medição e demarcação das terras dos aldeamentos, tiveram suas posses legitimadas. A partir de 1870 vários aldeamentos foram declarados oficialmente extintos no Nordeste, favorecendo os tradicionais esbulhos, legitimando-se os antigos invasores das terras indígenas.

Os povos indígenas no Nordeste lembram em suas tradições orais que com as invasões sistemáticas de suas terras e decretação das extinções dos aldeamentos, ocorreram casos de umas poucas famílias que migraram para terras de outros aldeamentos, também oficialmente declarados extintos. Muitas famílias indígenas engrossaram o grande contingente de mão-de-obra espalhado pelas regiões vizinhas às aldeias, ora trabalhando nas fazendas, como moradores, agregados, sem terras. Ora migrando para trabalhar na lavoura sazonal da cana-de-açúcar na Zona da Mata nordestina, ora vagando pelas estradas, como sem-terras e sem-teto vieram ocupar as periferias urbanas das capitais, das maiores cidades no interior ou próximas aos antigos aldeamentos.¹⁸

Contudo, outras famílias indígenas conseguiram resistir às pressões nos seus tradicionais locais de moradias, ou às vezes em lugares das cercanias mas de difícil acesso. E por meio das relações e vínculos como casamentos, moradias em terras comuns, dentre outros estabelecidos com outros grupos de marginalizados (negros, brancos pobres) pelo

¹⁷ OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: MEC/Unesco, 2006; ALMEIDA, Maria R. C. de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FVG/FAPERJ, 2013; OLIVEIRA, J. P. de. (Org.). *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. João Pacheco de Oliveira (Org.) Rio de Janeiro Contra Capa, 2011.

¹⁸ SILVA, Edson. Ensino e Sociodiversidades indígenas: possibilidades, desafios e impasses a partir da Lei 11.645/2008. In: *Mneme - Revista de Humanidades*, n. 35, jul./dez. 2014, p.21-37.

sistema social vigente e das relações culturais na sociedade onde estavam inseridas, reelaboraram a identidade étnica afirmada pelos atuais povos indígenas no Nordeste.¹⁹

Para compreender esses processos é significativa a leitura do texto “Armas e armadilhas: história e resistência dos índios”, publicado em 1999, onde John Monteiro afirmou: “Importa recuperar o sujeito histórico que age (age) de acordo com a sua leitura do mundo ao seu redor, leitura esta informada tanto pelos códigos culturais da sua sociedade como pela percepção e interpretação dos eventos que se desenrolavam”.²⁰

OS ÍNDIOS NA HISTÓRIA E O ENSINO DA TEMÁTICA INDÍGENA

Um dos maiores desafios, de uma forma em geral, para tratar da temática indígena no ensino é a superação de uma cultura escolar que perdura sobre os povos indígenas. A escola é uma das instituições responsáveis pela veiculação de muitas ideias, imagens, discursos e informações equivocadas a respeito dos índios no Brasil. Ainda é comum na maioria das escolas, principalmente no universo da Educação Infantil, que no Dia 19 de abril, quando se comemora o “Dia do Índio”, em todos os anos vem se repetindo as mesmas práticas: enfeitam as crianças, pintam seus rostos, confeccionam penas de cartolina e as colocam nas suas cabeças. Remetendo a imagens e discursos pretéritos, folclorizados, homogeneizadores e desinformados sobre os indígenas.

As crianças nas escolas são vestidas com saiotos de papel geralmente verdes e não faltam os gritos e os cenários com ocas e florestas! Dizem que estão imitando os índios, numa tentativa de homenageá-los! Entretanto, tais supostas homenagens se referem à qual índio? As supostas imitações correspondem às situações dos povos indígenas no Brasil? Como essas imagens ficarão gravadas na memória dos/as estudantes desde tão cedo? Quais serão suas atitudes quando se depararem com os índios reais? Quais as consequências da reprodução dessas desinformações sobre as diversidades étnicas existente no nosso país?

Ao longo do século XIX e também no XX existiram uma diversidade e pluralidade de imagens a respeito dos indígenas. Essas imagens corresponderam aos diferentes momentos políticos e as mudanças sociohistóricas que ocorreram no país, expressaram as oposições entre o Tupi como símbolo da nacionalidade e o Tapuia como

¹⁹ SILVA, Edson. “Os caboclos” que são índios: história e resistência indígena no Nordeste. In: *Portal do São Francisco – Revista do Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco/CESVASF*. Belém de São Francisco, ano III, nº. 3, 2004, p.127-137

²⁰ MONTEIRO, John M. Armas e armadilhas: História e resistência dos índios. In, NOVAES, Adauto. (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 248.

bárbaro, selvagem. Entre o índio dócil, catequizado, integrado a civilização e o índio feroz, sem sentimentos, a ameaçar a civilização.

O que muitas das vezes aprendemos sobre os índios na escola está associado basicamente às imagens do que vem sendo na maioria dos casos veiculadas pela mídia: um índio genérico, ou seja, sem estar vinculado a um povo indígena. Ou ainda com um biótipo de indivíduos habitantes na Região Amazônica e no Xingu. Com cabelos lisos, muitas pinturas corporais e adereços de penas, nus, moradores das florestas, portadores de culturas exóticas, etc. Ou também os diversos povos indígenas são chamados de “tribos”, uma visão do Século XIX a partir da perspectiva etnocêntrica e evolucionista de uma suposta hierarquia de raças, onde os índios como primitivos, atrasados ocupariam obviamente o último nível na escala em direção a uma chamada “civilização”. Ou ainda imortalizados pela literatura romântica do Século XIX, como nos livros de José de Alencar, onde são apresentados índios belos e ingênuos, ou valentes guerreiros e ameaçadores canibais, ou seja, bárbaros, bons selvagens ou heróis.

As imagens e discursos que afirmam os indígenas na Amazônia como “puros”, autênticos e “verdadeiros” em oposição aos habitantes em outros lugares do país, principalmente nas mais regiões antigas da colonização portuguesa, a exemplo do Nordeste, se baseiam em uma ideia equivocada de culturas melhores, superiores ou inferiores. Quando as pesquisas antropológicas afirmam que as culturas são dinâmicas e apenas diferentes e mais do que isso: são resultados das relações históricas entre os diferentes grupos humanos. Ou seja, para melhor compreender-se os atuais povos indígenas nas suas sociodiversidades, se faz necessário perceber as diferentes experiências vivenciadas por esses povos nos diversos processos de colonização, que resultaram na história das relações socioculturais ao longo mais de 500 anos no Brasil. Portanto, buscando compreender as expressões socioculturais indígenas como produtos das relações históricas em cada região do país.²¹

As oposições entre o aldeamento e a selva; entre o ócio, a liberdade e o trabalho/entre o atraso e o progresso; entre a degeneração e a civilização, são imagens que expressaram/expressam o etnocentrismo presente nos vários discursos construídos, a partir da suposta supremacia da raça branca, representante da obra redentora da nomeada civilização. Imagens a respeito dos indígenas, que ao serem justificadas com os

²¹ SILVA, Edson. Dia do Índio: a folclorização da temática indígena na escola. In: *Construir Notícias*, v. 72, 2013, p. 35-41.

pressupostos científico-filosóficos, por meio das teorias explicativas das diferenças e desigualdades raciais, legitimaram a ordem social vigente, as tradicionais práticas das invasões territoriais, a negação dos direitos históricos e a dispersão de grupos indígenas, enquanto outros reinventavam suas vidas a partir das suas próprias imagens.

Os discursos e imagens sobre os índios vêm mudando nos últimos anos. E essa mudança ocorre em razão da visibilidade política conquistada pelos próprios índios. As mobilizações dos povos indígenas em torno das discussões e debates para a elaboração da Constituição em vigor aprovada em 1988 e as conquistas dos direitos indígenas fixados na Lei maior do país possibilitaram a garantia dos direitos (demarcação das terras, saúde e educação diferenciadas e específicas, dentre outros), além da ênfase para que a sociedade em geral (re)descubra os índios.

Os índios conquistaram o (re)conhecimento, o respeito aos seus direitos específicos e diferenciados. E a partir dessa perspectiva o nosso país é a sociedade vem se repensando e se vendo em sua multiplicidade, pluralidade e sociodiversidades, expressas também pelos povos indígenas em diferentes contextos sociohistóricos. Embora esse reconhecimento exija também posturas e medidas das autoridades governamentais para ouvir dos diferentes sujeitos sociais, com a necessidade de novas políticas públicas que reconheçam, respeitem e garantam essas diferenças, as expressões socioculturais que contribuem decisivamente para a nossa sociedade, para o mundo onde vivemos.

Significando que tratar sobre os grupos que se convencionou chamar-se genericamente de “índios” é uma situação parecida ao olhar um caleidoscópio: são povos em suas múltiplas expressões socioculturais, diversos entre si e diferentes de nossa sociedade. Pensar os povos indígenas é, portanto, pensar sempre em experiências sociohistóricas plurais e diferenciadas.

Portanto, além da importância em desconstruir a ideia de uma suposta identidade genérica do “índio”, é necessário ainda questionar uma suposta identidade e cultura nacional que constituiu o discurso impositivo de um único “povo brasileiro” enquanto uma unidade forjada ao longo da História do Brasil, como expressou o conhecido antropólogo

Darcy Ribeiro.²² O autor defendeu o amálgama, a fusão das raças que formaram o Brasil, o povo brasileiro, e conseqüentemente o desaparecimento dos indígenas.²³

As pesquisas, reflexões e questionamentos nos estudos sobre os indígenas a partir das novas abordagens, além de contribuírem para as mobilizações sociopolíticas dos povos indígenas na conquista, reconhecimento e garantias de direitos, vem também contribuindo para a elaboração de subsídios atendendo as exigências da Lei nº 11.645/2008, que determinou a inclusão no currículo das escolas públicas e privadas no nível da Educação Básica o ensino da História e Culturas dos índios. Essa determinação legal para o caso do Nordeste é de fundamental importância, uma vez que até bem recentemente era cristalizada a ideia da inexistência de povos indígenas na Região.

O ENSINO DA TEMÁTICA INDÍGENA E A LEI Nº 11.645/2008: (RE)CONHECENDO AS SOCIODIVERSIDADES INDÍGENAS

A efetivação da Lei nº 11.645/2008 além favorecer mudanças em antigas práticas pedagógicas equivocadas e preconceituosas, possibilitará novos olhares para a História e a Sociedade.²⁴ Se na nossa sociedade a escola tem um papel privilegiado na formação humana, procurando responder as demandas sociais e ainda que se tenha presente as dificuldades e desafios dos processos de ensino-aprendizagem, do fazer pedagógico, a escola é um locus onde com a efetivação da Lei seja possível no ambiente escolar viabilizar “espaços que favoreçam o reconhecimento da diversidade e uma convivência respeitosa baseada no diálogo entre os diferentes atores sociopolíticos, oportunizando igualmente o acesso e a socialização dos múltiplos saberes”.²⁵ E assim, contribuindo na formação de cidadãos críticos, possibilitando o reconhecimento das diferenças socioculturais existentes no Brasil, o (re)conhecimento dos direitos das sociodiversidades dos povos indígenas.

²² RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

²³ SILVA, Edson. Os povos indígenas e o ensino: reconhecendo as sociodiversidades nos currículos com a Lei 11.645. In: ROSA, A; BARROS, N. (Orgs.). *Ensino e pesquisa na Educação Básica: abordagens teóricas e metodológicas*. Recife: EDUFPE, 2012a, p. 75-87.

²⁴ BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Povos indígenas e o Ensino de História: a Lei nº 11.645/2008 como caminho para a interculturalidade. In: BARROSO, Vera L. M; BERGAMASCHI, Maria A; PEREIRA, N. M; GEDOZ, S. T; PADRÓS, E. S. (Orgs.). *Ensino de História: desafios contemporâneos*. Porto Alegre: EST/Exclamações/ANPUH/RS. 2010, p.151-166.

²⁵ SILVA, Maria da Penha da. A “presença” dos povos indígenas nos subsídios didáticos: leitura crítica sobre as abordagens das imagens e textos impressos. In: *Mnemosine Revista*, v. 1, nº 2, 2010, p. 268-290.

O ponto de partida para o ensino crítico da temática indígena é pensar sempre na atualidade dos povos indígenas. Enfatizando as sociodiversidades indígenas, desmistificando imagens genéricas do “índio”, da “cultura indígena”. Sociodiversidades definidas como as diferentes formas de organizações socioculturais expressas pelos povos indígenas.

Discutindo as diferentes sociodiversidades, as expressões socioculturais indígenas no passado e no presente, questionando a clássica dicotomia “Tupi” x “Tapuia” atribuída aos índios em nosso país. Evidenciando a participação efetiva dos povos indígenas nos diversos momentos históricos ao longo da História do Brasil. Desnaturalizando a ideia equivocada da presença do “índio” apenas na época do “Descobrimento” ou somente na “formação do Brasil”, problematizando o lugar pensado e o ocupado pelos indígenas na História do país.

Existem vários desafios a serem enfrentados para o ensino da temática indígena.²⁶ Um deles consiste na superação do racismo institucional sutil ou explícito quando ocorre o descrédito, a omissão e falta de apoio ou mesmo impedimento por parte de gestores educacionais as iniciativas que tratam da temática indígena. Todavia, talvez o desafio mais importante seja um maior investimento para o ensino da temática indígena, nos cursos de licenciaturas e formação para o magistério, na formação professores e profissionais que atuam na Educação. Como também na formação continuada de docentes em exercício.

É bastante recomendável a participação de indígenas em cursos de formação sobre a temática indígena para docentes não índios, pois o conhecimento das experiências, dos ambientes onde vivem e das expressões socioculturais dos indígenas, contribuirão para desmistificar visões equivocadas e folclorizadas. Visitas pedagógicas, previamente preparadas, de docentes e discentes as aldeias indígenas ou de indígenas as instituições escolares, são iniciativas que também contribuirão para a superação de preconceitos, bem como a solidariedade com os indígenas em suas mobilizações por seus direitos sociais.

A formação de professores pressupõe a crítica ao livro didático na sua abordagem em geral simplista e equivocada sobre os povos indígenas, o investimento na produção de subsídios didáticos sobre a temática indígena, principalmente enfocando os povos

²⁶ SILVA, Edson. Os povos indígenas e o ensino: possibilidades, desafios e impasses a partir da Lei 11.645/2008. In: FERREIRA, Gilberto Geraldo; SILVA, Edson Hely; BARBALHO, José Ivamilson Silva. (Orgs.). *Educação e diversidade: um diálogo necessário na Educação Básica*. Maceió: EDUFAL, 2015, p.161-180.

indígenas mais próximos da unidade escolar. Significando ainda a constituição de um acervo especializado na biblioteca escolar.²⁷

Com a constatação pelo Censo IBGE/2010 da crescente urbanização das áreas indígenas com o avanço das cidades sobre as terras habitadas pelos índios e a presença indígena no universo urbano, inclusive enquanto discentes nas escolas, um desafio a ser considerado é a vivência da interculturalidade. Onde indígenas e não indígenas em suas expressões socioculturais, busquem superar todas as formas de racismos, discriminações e preconceitos, na construção de uma sociedade pluricultural, com o pleno (re)conhecimento das sociodiversidades indígenas.

Agradeço aos/as pareceristas anônimos/as pelas leituras cuidadosas, comentários e sugestões que procurei incorporá-las na atual versão do texto.

²⁷ SILVA, Edson; SOUZA, Neimar M. Revisão bibliográfica sobre o ensino da temática indígena. In: SOUZA, Fábio Feltrin; WITTMANN, Luísa Tombini. (Orgs.). *Protagonismo indígena na História*. Tubarão, SC: UFFS, 2016, p. 255-285.